

Comentários e Informações

A CRISE ORÇAMENTÁRIA NAS
FORÇAS ARMADAS

Carlos de Meira Mattos*

O mirrado orçamento da Defesa sofreu o segundo corte este ano. Tão pesadas reduções de despesas obrigaram as nossas três Armas - Exército, Marinha e Aeronáutica - a reduzir a um nível extremamente preocupante suas capacidades operacionais.

Sabemos, estamos cansados de saber, que o atual governo não tem sensibilidade para os problemas de defesa nacional, e isto ele vem demonstrando há quase oito anos. Sabemos também que os cortes orçamentários, sob a alegação da necessidade de redução indispensável de despesas, não atingem os interesses eleitoreiros da equipe que ocupa o Palácio do Planalto.

Em termos de *Política com P maiúsculo* ou de estadismo, é uma inconsciência ignorar a importância das Forças Armadas no contexto de uma política nacional. O Brasil é uma potência média, possuidor do quarto patrimônio geográfico em extensão do mundo, da sexta população mais numerosa do planeta, alcançou uma posição de relevo entre as dez maio-

res economias e foi capaz de fundir numa cultura homogênea os seus traços de miscigenação racial.

Não somos uma pequena nação inexpressiva no concerto mundial. Temos muito a preservar e muitíssimos interesses a defender neste jogo de ambições da política internacional. Neste jogo de disputas nada ético que revela a política o que pesa é o poder nacional, e o poder nacional tem como atributo inseparável o poder militar. Todos os grandes estadistas do mundo e do Brasil entenderam esse truísmo. Para citarmos entre os brasileiros, destacamos Rio Branco, Calógeras, Getúlio Vargas e Castello Branco.

Os políticos geralmente não entendem a extensão do poder. Perguntaram ao ex-presidente dos EUA Woodrow Wilson, professor emérito de ciência política da Universidade Princeton, qual a diferença entre um estadista e um político. Respondeu ele: *O estadista é aquele que tem a preocupação permanente com os interesses da nação, o político tem seus interesses vinculados ao partido e aos seus problemas pessoais.*

A maioria de nossos políticos não é capaz de entender a abrangência da política nacional. Por isso, não compreende a importância das Forças Armadas. Repete

* General-de-Divisão. Doutor em Ciência Política e Conselheiro da ESG.

como realejo o falso conceito de que, *como não temos um inimigo visível, não precisamos de Forças Armadas*. Ignora as lições da história e do mundo contemporâneo. Ignora os interesses internacionais do Brasil. Pretende que defendamos os nossos interesses essenciais, no âmbito regional e mundial, sem nos apresentarmos como a potência média que somos, revestida da plenitude de nossos atributos de poder.

Seria insano querermos competir em poder militar com as grandes potências. O nosso poder militar tem que ser adequado à nossa qualificação de potência média, que, no tumulto de disputas antagônicas e ambições ocultas do mundo atual, seja capaz de nos garantir uma posição ativa, para fazer respeitar e a defender os interesses nacionais. É preciso não esquecer o princípio basilar de que o poder e a Justiça sem a reserva da força são inoperantes.

A existência da força nas disputas internacionais de interesses, de desdobramentos sempre imprevisíveis, é um argumento de persuasão ou de dissuasão, atuante muito antes de precisar ser empregada. Quase sempre evita o seu emprego, o que seria a guerra.

A força do adversário nessas disputas representa, no mínimo, um *preço a pagar* que o lado contrário tem que avaliar se vale a pena ser pago. Basta observar o quadro de disputas no cenário mundial para se convencer de que é o poder militar de dissuasão de países menos poderosos, impondo um *preço a pagar*, que vem contendo o avanço das conquistas dos mais poderosos.

Nossas responsabilidades com o passado, com as aspirações legítimas do presente e das gerações vindouras está impondo aos candidatos que disputam a futura

chefia do governo vir proclamar à nação como entendem e quais os seus projetos sobre a defesa nacional. Os candidatos à Presidência da República pretendem ser estadistas, devem provar que o são.

MUSEU DA TRANSGRESSÃO¹

*Affonso Romano de Sant'anna**

Um dos princípios da arte moderna é a transgressão. Transgredir tornou-se o primeiro e, em alguns casos, o único mandamento da modernidade. No princípio, quando derivava da necessidade de sair do aprisionamento do sistema clássico, a transgressão estética era árdua e sujeita a penalidades.

Mas um dia a transgressão virou norma. Como assinalou o poeta e crítico Eduardo Sanguinetti, que foi vanguardista do Grupo 1963, na Itália, esse movimento de transgressão teve dois momentos no século passado: o heróico e o cínico. O primeiro consistiu na luta pelo poder, o segundo na manutenção paradoxal desse poder.

Sim, a transgressão virou norma. Qualquer artista iniciante começa por transgredir. Ainda não sabe as regras, mas já as renega. E cria-se uma situação absurda. Transgredir o quê, se antes dele, no passado recente, só havia transgressores? Transgredir a transgressão? Ora, isto, a rigor, leva a um paradoxo, pois a única maneira de transgredir radicalmente a transgressão é contestar a transgressão, reinstalar uma certa ordem e refazer o sistema. Mas se alguém

* Jornalista.

¹ Artigo publicado em O Globo, edição de 11.05.2002.

contesta a transgressão, é logo taxado de conservador, de reacionário e retrógrado. Como sair dessa armadilha da modernidade? Passamos tanto tempo achando que o transgredir nos instalava na modernidade, que receamos repensar a transgressão, temendo com isto ser expulsos da modernidade.

Em torno de 1970, na universidade, professores se compraziam em dissertar sobre *transgressão*. Teorizar sobre transgressão já trazia um gozo acadêmico, fácil, à distância. E havia, além de uma natural urgência juvenil em ser transgressor, um certo charme em ser contestador, marginal, participante. Já desde os anos 50, aliás, os valores sociais, antes rígidos, pareciam cair como uma seqüência de dominó: o louvor à guerrilha, o poder jovem, o desprestígio da virgindade, a pílula anticoncepcional, o casamento aberto, as reivindicações dos negros, dos índios, dos homossexuais, enfim, a inclusão dos *excluídos* tornou-se palavra de ordem. Assim, a cultura teve que aprender a absorver não apenas a antiarte, mas seu igual e contrário - a contracultura.

Na arte exacerbou-se o princípio da transgressão já exposto no futurismo, dadaísmo e outros movimentos. A arte saiu de vez dos museus, espalhou-se em instalações pela natureza. O teatro foi para a rua, para qualquer lugar configurando *happenings* e performances. Até o lixo virou arte de luxo. Tudo passou a ser música: John Cage enche de espectadores um prédio em Nova York para ouvir um concerto vivo de buzinas e barulhos de carros que passam pela avenida. *Dissecta membra*: fragmentação, cadáveres expostos, sangue, esperma e fezes viram obra de arte nas bienais e galerias, e o cinema se compraz em catástrofes cada vez maiores, como contraparte estética à tragédia cotidi-

ana. No palco expõe-se o corpo nu, e exibem-se cruamente relações eróticas nos meios de comunicação. Assim como a arte e a não-arte se acoplaram, o público e o privado se confundiram. Não só revistas eróticas desvelam as intimidades dos artistas, como a qualquer hora a televisão é capaz de mostrar programas tipo *reality shows*. Enfim, defrontamo-nos com uma questão: a banalização da transgressão tanto estética quando ética.

O impulso à transgressão, por outro lado, é natural e cultural. Miticamente na sociedade grega está, por exemplo, em Prometeu indo arrebatando o fogo proibido do Olimpo e, na cultura judaico-cristã, na transgressão ocorrida no Éden. De certo modo, a transgressão move a história. Mas pode também paralisá-la num círculo viciosamente fatal onde a perversão cheira morte. Transgressão por transgressão pode ser um retorno à horda primitiva. É necessário um mecanismo de assimilação do contrário, uma interseção entre movimento e repouso, sístole e diástole, sangue arterial e venoso, para manter o organismo vivo.

Houve quem dissesse que a história é a história da liberdade. Houve quem dissesse que a história é a história da repressão. As duas afirmações se tocam pelo extremo, e no substrato de ambos está a transgressão como diferenciação histórica.

A psicanálise costuma referir-se ao "gozo da transgressão". Do ponto de vista erótico e social *os indivíduos têm a sedução de provar seus limites e um certo prazer em violar a lei. Em nossa sociedade isto é exibido diariamente nas manchetes que falam sobre as drogas e a violência.*

Transgressão. Trans-agressão. Transa e agressão.

A banalização da transgressão ética e estética transformou o que poderia ser o gozo da transgressão em algo que está no espaço do medo, do pânico e da impotência a que o “gozo” é substituído pelo “desprazer” artístico. *E exige-se que o público se submeta masoquistamente a isto, como se essa forma de submissão fosse prova de inteligência e abertura dos sentidos.*

Transgredir e/ou agredir o público pode ser um perverso gesto em si mesmo e não constituição de um objeto estético.

No princípio da modernidade os artistas diziam como Mário de Andrade: *Eu insulto o burguês!* Mas paradoxal e ironicamente os burgueses contornaram, domesticaram e se deliciaram com os insultos, com as transgressões. Compraram os quadros, foram aos concertos e construíram museus fabulosos para armazenar os impérios éticos e estéticos.

A transgressão virou peça de museu.

Hoje a transgressão está de tal modo catalogada, que se pode escrever a história da transgressão. E pior: visitar o Museu da Transgressão.

AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

*Manuel Cambeses Júnior**

O Brasil e a República Popular da China, separados geograficamente por vastos oceanos, contam com acentuadas diferenças no processo histórico, regime político, sistema social, tradição cultural e condições naturais. Porém, possuem muito em comum no sentido

da salvaguarda da independência e da soberania nacional, na luta pela construção da Pátria e da própria identidade.

A China, desde o século XIX, durante a gestão da Dinastia Qing, estabeleceu relações diplomáticas com o Brasil. Muitos chineses, vencendo todos os tipos de dificuldades, atravessaram os oceanos para chegar até o Brasil, e juntaram-se ao povo local para ajudar a construir, com o seu trabalho, a Nação brasileira. Os dados estatísticos demonstram que, na atualidade, existem no Brasil cerca de 200 mil chineses e seus descendentes. Eles criaram amizades e estabeleceram profundas raízes com o povo brasileiro, compartilhando o mesmo destino, as mesmas alegrias e agruras.

Desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e o Brasil, as relações bilaterais, em todas as áreas, vêm se desenvolvendo de maneira bastante satisfatória e evidenciam resultados altamente compensadores. Nos primeiros anos da década de 1990, os líderes dos dois países chegaram ao consenso de estabelecer uma união duradoura, estável e de benefício mútuo. Assim, o Brasil tornou-se o primeiro país em desenvolvimento com quem a China estabeleceu uma sólida parceria estratégica. Desde então, a cooperação amistosa entre os dois países entrou numa nova época. Altas autoridades brasileiras e chinesas trocaram visitas, com relativa frequência, o que aumentou o conhecimento e a confiança mútuos. O presidente da China, Jiang Zemin, visitou duas vezes o Brasil, nos anos de 1993 e 2001. O presidente Fernando Henrique Cardoso também visitou a China no ano de 1995. Os dois países compartilham visões e posições idênticas ou semelhantes em importantes temas

* Coronel Aviador. Conferencista Especial da ESG.

internacionais e, através de uma excelente coordenação de suas ações e apoios recíprocos, lograram alcançar excelentes resultados junto à Organização das Nações Unidas e demais organismos internacionais.

As cooperações econômica-comercial e científico-tecnológica são dois fortes pilares na construção da parceria estratégica, sino-brasileira, e vêm se aprofundando de forma crescente. Na área econômica e comercial, as estatísticas chinesas demonstram que o volume total do comércio entre a China e o Brasil atingiu a expressiva cifra de 2,8 bilhões de dólares no ano 2000, o que representa 160 vezes mais do que o volume registrado em 1974, ano em que se restabeleceram as relações diplomáticas entre os dois países, durante a gestão do presidente Ernesto Geisel. As estatísticas brasileiras mostram que, no primeiro semestre de 2001, a exportação brasileira com a China cresceu 91,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O Brasil já é o maior parceiro comercial da China na América Latina, há vários anos consecutivos, e a China também tornou-se um dos dez maiores mercados para a exportação brasileira. A cooperação econômica e os investimentos mútuos vêm aumentando, progressivamente, a cada ano. As empresas chinesas nas áreas de processamento de madeira, siderurgia, eletrodomésticos e telecomunicações estão realizando investimentos maciços para instalarem-se no Brasil. A título de exemplo, a empresa chinesa *Gree* investiu 20 milhões de dólares em Manaus e instalou uma unidade montadora de aparelhos de ar-condicionado, de última geração, com capacidade de produção anual na ordem de 200 mil unidades. A *Usina Siderúrgica*

Baoshan acabou de assinar um acordo com a *Companhia Vale do Rio Doce* para explorar, na modalidade de *joint-venture*, minas de ferro em Minas Gerais. A parte chinesa investirá 20 milhões de dólares e comprará todo o minério de ferro extraído dessa mina. Alguns empresários brasileiros também fizeram investimentos na China. Empresas brasileiras famosas como a CVRD, a CBMM e a Embraer mantêm boas relações de cooperação com a parte chinesa e instalaram escritórios de representação na China. As cooperações na área hidrelétrica já tiveram progressos significativos. Na licitação para a instalação de turbinas-geradoras, para o projeto Três Gargantas, empresas brasileiras ganharam a concorrência para a instalação de seis turbinas, colaborando, desta maneira, na construção da maior hidrelétrica do mundo.

Na área de ciência e tecnologia, o primeiro satélite de sensoriamento de recursos terrestres – desenvolvido e fabricado em parceria pelos dois países –, foi lançado com sucesso, em outubro de 1999, e teve sua vida útil prolongada, em face de excelentes resultados tecnológicos alcançados. O segundo satélite está sendo montado no Brasil, conforme havia sido planejado. Durante a visita do Chanceler chinês Tang Jiaxuan ao Brasil, no ano de 2000, as duas partes assinaram acordos sobre o desenvolvimento e fabricação, em conjunto, dos terceiro e quarto satélites. Na área espacial, a cooperação entre os dois países, já se tornou um edificante exemplo, para os países em desenvolvimento, no estabelecimento de parcerias objetivando o domínio de alta tecnologia. Além disso, os dois países estão incrementando novas e profícuas cooperações nas áreas de tecnolo-

gia de informática, biotecnologia e desenvolvimento de novos materiais avançados.

A China e o Brasil são os maiores países emergentes situados, respectivamente, a Leste e Oeste do globo terrestre. Ambos estão se dedicando ao desenvolvimento de suas economias e à melhoria do padrão da vida de seus povos, carreando, primordialmente, grandes responsabilidades para o progresso e prosperidade de suas respectivas regiões e, secundariamente, para o desfrute de toda a humanidade. O aprofundamento e o fortalecimento constantes da parceria estratégica entre os dois países, não apenas correspondem aos interesses fundamentais dos seus povos, como também ajudam na defesa da paz e no desenvolvimento em níveis regional e mundial. O governo chinês tem atribuído muita importância a isso. Em abril de 2001, o presidente Jiang Zemin visitou o Brasil pela Segunda vez, e teve uma proveitosa conversa e troca de opiniões, com o presidente brasileiro, sobre o desenvolvimento contínuo da parceria estratégica entre os dois países no alvorecer deste século. Os dois presidentes chegaram a um acordo abrangente, o que ergueu um novo e significativo marco no avanço do relacionamento entre as duas Nações. Nessa oportunidade, foram propostas algumas iniciativas para aquecer o relacionamento entre a China e o Brasil e que, ao nosso ver, servem como diretrizes para incrementar, substancialmente, as relações sino-brasileiras:

- desenvolver a confiança mútua, através do aumento do entendimento e da igualdade de oportunidades, nas parcerias entre brasileiros e chineses;

- continuar o estreitamento das relações políticas entre a China e o Brasil, in-

tensificando diálogos e cooperações bilaterais, em todos os níveis e em todas as áreas. Embora, na atualidade, a tecnologia das telecomunicações e da informática faculte a que as pessoas saibam o que está acontecendo no outro lado do mundo, sem sair de casa, o velho ditado *mais vale ver uma vez do que ouvir cem vezes* continua valendo. É assaz importante que mais brasileiros, de diferentes setores de atividades, possam ir dar uma minuciosa olhada na China, para testemunhar a gigantesca mudança que lá ocorre e ouvir os sentimentos e pensamentos dos cidadãos comuns chineses. Também devemos estimular as visitas de chineses ao Brasil, para reconhecer e entender, com maior profundidade, o nosso País;

- salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento, no cenário internacional, através da intensificação de consultas bilaterais e apoios mútuos. Os dois países devem continuar os amplos diálogos sobre os importantes temas internacionais, coordenar as posições, valorizarem-se e apoiarem-se reciprocamente em ações concatenadas. Em organismos ou organizações internacionais tais como a ONU, o FMI, devem engendrar esforços no sentido de buscar consensos e ampliar as cooperações. A China tornou-se, recentemente, membro formal da Organização Mundial do Comércio (OMC). Isto, certamente, abrirá um novo e importante nicho para as cooperações econômicas e comerciais internacionais entre a China e o Brasil. A China está disposta a intensificar a coordenação com o Brasil na OMC, para que todos os países possam tirar benefícios em comum no processo da globalização econômica;

• ampliar as cooperações econômicas e comerciais na base de benefício e desenvolvimento comuns. A China e o Brasil possuem imensos recursos naturais, eficiente controle dos setores produtivos, domínio de tecnologia-de-ponta e mercado interno com enorme potencialidade. As perspectivas de cooperação entre os dois países são vastas. As duas partes devem explorar as suas potencialidades e promover o crescimento gradual do comércio, elevando o valor agregado dos produtos exportados, dando maior importância à ampliação do investimento mútuo e ao desenvolvimento de parcerias que envolvam alta tecnologia. O governo brasileiro já classificou a China como um dos países mais importantes para a expansão da sua pauta de exportações. É importante que empresários brasileiros conheçam o mercado chinês e negociem cooperações e parcerias, ao mesmo tempo que devemos estimular que empresas chinesas explorem a potencialidade do mercado brasileiro.

Finalizando, entendemos que faz-se mister que seja estabelecido, com ênfase, um abrangente e completo relacionamento de cooperação com China, visualizando a um futuro de médio e longo prazos. Brasileiros e chineses têm realidades muito semelhantes e compartilham muitos interesses comuns. Devemos libertar a nossa imaginação em relação às cooperações bilaterais, diversificando as formas e ampliando as áreas de atuação. Por um imperativo geoestratégico, torna-se imprescindível enriquecer e aprofundar o conteúdo da parceria estratégica sino-brasileira, aumentando os intercâmbios e as cooperações bilaterais, em todas as áreas e em todos os níveis, criando benefícios, tendo como

meta atingir os objetivos colimados, ou seja, o progresso e o bem comum de ambos os povos.

EDUCAÇÃO NA NOVA INGLATERRA¹

*Arnaldo Niskier**

As economias são distintas. As populações também. Uma é rica e poderosa. A outra está à procura do seu melhor caminho, sem deixar de ser emergente. É claro que, em tais circunstâncias, qualquer comparação peca pela base. Referimo-nos à educação comparada de nível médio dos Estados Unidos e do Brasil.

Uma viagem de estudos aos estados de Connecticut e Massachusetts, na região em que praticamente nasceu a nação americana, permitiu conhecer algumas das melhores *high schools* do país, de fortíssimo compromisso com a qualidade do ensino.

Ali não existe a preocupação com um número avultado de alunos. As escolas costumam ter em média 500 alunos, distribuídos entre os *boarding* e os *day students*. Os primeiros, que pagam a anuidade média de 30 mil dólares, permanecem no campus a semana inteira, assistidos de forma permanente por seus professores de tempo integral (em geral jovens), que, depois das aulas, ficam à disposição dos alunos até que, às 22h30m, as luzes se apaguem compulsoriamente. Rapazes em média de 17 anos ficarão em seus prédios próprios, e moças da mesma idade irão para os seus dormitórios, em geral na pro-

* Escritor. Membro da Academia Brasileira de Letras.

¹ Artigo publicado em O Globo, edição de 30.04.2002.

porção de dois por quarto. Televisão? Só nas salas de convivência.

Um pormenor que chama a atenção é a relação aluno/professor. Em nenhuma hipótese ela ultrapassa 12:1. As aulas são interativas, os alunos de gravata o tempo todo, sendo chamados de Mr. e Mrs. por seus mestres. Eles anunciam a próxima aula, para que os jovens estudem a matéria, apresentem seus trabalhos e tirem as dúvidas na aula propriamente dita. Pudemos assistir a duas aulas, uma de literatura latino-americana sobre Gabriel García Márquez e outra sobre filosofia, abordando o tema *De Sócrates a Sartre*. A impressão mais forte foi o nível de motivação dos alunos. Ninguém sai da sala sem esclarecer pontos eventualmente obscuros. Não se pode obter esse resultado qualitativo com turmas de 50 alunos. Nem com escolas de 5 mil alunos, como as há no sistema de ensino do Rio de Janeiro. É possível garantir qualidade com esses números exorbitantes?

A preocupação, hoje, em relação ao sistema de ensino nos EUA, que está sendo criticado pela imprensa e pela sociedade, é com a formação geral, humanística. Insistem na obrigatoriedade de disciplinas como língua inglesa, história e filosofia, a fim de garantir uma sólida base para o aprendizado tecnológico, em laboratórios deslumbrantes. Isto sem desprezar o que eles chamam de *liberal arts*, em que se empenham de forma toda especial.

Não há nenhuma experiência de educação à distância, nem o emprego da Internet oficialmente. Quando perguntados pelo emprego dessas tecnologias, os diretores (todos também dão aulas) sorriram, defendendo a idéia de que escolas

tradicionais são as que ensinam melhor, sem precisar de recursos novidadeiros. *O que importa* - observou David Holmes, *headmaster* da Suffield Academy - *é que se mantenha o tempo todo a qualidade do ensino, o que se faz pela relação saudável de trocas entre alunos e professores*. Os diretores também dão aulas, para não perder o contato com os seus alunos, e "aprender com eles". Assim se pratica a educação para a cidadania.

A partir das 15 horas - foi o que vimos em Suffield, na Williston Northampton e em Deerfield (a maior de todas) - iniciam-se as atividades artísticas ou desportivas, que se prolongam até quase a hora do jantar. Depois da refeição coletiva, ainda sobra um espaço para estudar ou tirar dúvidas, antes do apagão compulsório. A explicação do êxito desses empreendimentos? A forte disciplina imposta a todos os integrantes do processo, sem exceção, além da garantia de salários altamente compensadores para os seus responsáveis.

O orçamento anual da Suffield Academy é de US\$ 12 milhões somente para as despesas operacionais. Mas qualquer acréscimo patrimonial, como a construção de um novo prédio para os departamentos de história e liderança, é financiado por generosas e constantes doações, em geral dos ex-alunos ou pais de alunos. Nesse caso específico, a doação foi de US\$ 4,5 milhões, com benefícios na linha do imposto de renda, feita por um doador cubano que enriqueceu nos Estados Unidos, criando uma firma de telepizza. Retirou-se do negócio com US\$ 1,2 bilhão. Como seu filho havia estudado na Suffield, com muito sucesso posterior na universidade, ele optou pela doação, e o novo prédio, im-

ponente, estará funcionando a partir de agosto próximo.

Estamos muito longe desse espírito comunitário. A nossa Receita Federal, que tem demonstrado tanta competência, bem que poderia pensar num projeto semelhante ao dos Estados Unidos, no incentivo a doações para escolas, mesmo que sejam particulares, mas que prestem bons serviços à população.

É com esse conjunto de fatores - insistimos na idéia de valorização do humanismo necessário - que se poderia modificar a dura realidade brasileira. O nosso ensino médio cresce e já tem 9 milhões de alunos; mas o que dizer da qualidade das escolas, da falta de incentivo aos professores, da ausência de boas bibliotecas e de apetrechados laboratórios? Só uma verdadeira revolução poderá modificar esse quadro de carências, para que nossos alunos possam se comprometer, como os da Suffield Academy, com o *Esse Quam Videri* que se encontra na Inscrição da sua origem (1833): *Ser o que parece*.

A ESQUERDA NO PODER¹

*Jarbas Passarinho**

Não convencem os que acham ultrapassada a distinção doutrinária entre esquerda e direita. Ninguém menos que Bobbio, um socialista de espírito aberto, sustenta a manutenção da diferença, ainda advertindo que ne-

nhum esquerdista possa deixar de admitir que a esquerda de hoje não é mais a de ontem. É que a realidade é bem mais rica do que as tipologias que ignoram a mutabilidade a que o tempo as expõe. De resto, seria simplismo colocar a discussão sob a visão da antítese que pressupõe que quem não é de direita é de esquerda, e vice-versa.

Entre nós, isso prevalece mesmo entre intelectuais de um lado e do outro, ou para dar à esquerda o monopólio do humanismo. Na explicação do próprio talentoso pensador político italiano, *enquanto existirem homens cujo empenho político seja movido por um profundo sentimento de insatisfação perante as iniquidades das sociedades contemporâneas, eles carregarão consigo os ideais que há mais e um século têm distinguido todas as esquerdas da história*. Ele mesmo, que condena a tentação do simplismo, cede a ela. Direita seria, pois, aplaudir tais iniquidades, ser imobilista defensor do *status quo*. Simone de Beauvoir foi ainda mais pejorativa, ao dizer que a ideologia da direita é o medo.

Há a considerar os diversos matizes da esquerda brasileira, e é pensando neles que digo estar a esquerda no poder há 20 anos, quando a oposição venceu as eleições para governador em dez dos mais prestigiosos estados da Federação - entre eles, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Nomes emblemáticos, como os anistiados Leonel Brizola e Miguel Arraes, e resistentes desde 31 de março de 1964, como Tancredo Neves, Franco Montoro e Pedro Simon, elegeram-se governadores. Mas com exceção de Leonel Brizola, que inspirara a guerrilha do Caparaó, desbaratada sem um tiro, os outros

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior.

¹ Artigo publicado em O Estado de São Paulo, edição de 04.06.2002

só poderiam ser considerados de esquerda segundo o critério simplista da antítese. De qualquer maneira, tratou-se de vitória da oposição, em cujos partidos foi notória a presença de esquerdistas até radicais, em dupla militância, nomeados pelos governadores oposicionistas.

O presidente João Figueiredo, dois anos mais, concluía o mandato. Eleito para suceder-lhe, Tancredo Neves morreu e o seu vice, José Sarney, assumiu a Presidência. Embora originário da Arena e ex-presidente do PDS, o Dr. Sarney não representou a volta ao poder pelos seguidores de 31 de março de 1964. O seu Ministério foi constituído segundo lista que Tancredo houvera autorizado. Nele Sarney aceitou nomear até um antigo desafeto da política maranhense. Ulysses Guimarães, que presidia a Constituinte, era a eminência parca, *um Richelieu no conselho do rei Luís XIII*. Tão forte que o governador Jereissati, convidado para o Ministério da Fazenda pelo presidente, teve de ser desconvidado. A esquerda escreveu a Constituição de carácter xenófobo e estatizante. Há dias, em palestra na Confederação Nacional da Indústria, o senador gaúcho José Fogaça disse que a Constituinte foi a resposta ao regime autoritário, posto que não tenha sido ele um constituinte.

Fernando Collor não veio da direita, não obstante seu pai tenha sido da Arena. Adepto do social-liberalismo, abeberado em José Guilherme Merquior, Collor foi um reformista, o que o fez, no espectro ideológico, odiado pela esquerda, especialmente a radical, e pela direita imobilista. Ele mesmo previu isso ao dizer que *iria escandalizar a esquerda e indignar a direita*. Sua breve gestão malogrou seu inten-

to. Sucedeu-lhe Itamar Franco, de perfil histórico à esquerda. E a ele, Fernando Henrique Cardoso, de passado marxista, do qual evoluiu para a social-democracia.

No primeiro mandato, a vitória sobre Lula deveu muito, se não totalmente, à adesão do PFL, de origem na Arena, braço político do regime derivado de março de 64. Foi, já, a disputa entre a esquerda light e a radical de então.

Na sua reeleição, o PFL voltou a contribuir para a vitória e foi o mais fiel aliado, talvez motivado pela *ideologia do medo* mas feliz por auxiliar o presidente a reformar a Constituição esquerdista que ele ajudara a escrever como constituinte em 1987. Mas, sempre que os antigos companheiros de viagem o acusam de haver traído os ideais de outrora, o presidente reclama a condição de homem de esquerda.

A rigor, pois, a esquerda, de matizes diversos, vem governando o Brasil há 20 anos. O balanço não parece dos mais admiráveis. Os militares encontraram o País no 49º lugar das economias do mundo. Deixaram-no no 8º. A oposição, que hoje é governo, bradava que isso custara o preço da péssima distribuição de renda. Hoje o PIB brasileiro caiu para o 10º do mundo, ameaçado de perder a posição para o México, e o Brasil aparece como a pior distribuição de renda do mundo.

Mais uma vez, elegeremos um presidente de esquerda, a escolher entre Lula, de perfil histórico atenuado para efeito eleitoral, Serra, da antiga AP, ex-presidente da UNE, devoto de Santa Rita de Cássia, Garotinho, cristão-novo do socialismo de Arraes, e Ciro Gomes, que evoluiu da Arena para o partido que deu novo nome ao Partido Comunista Brasileiro.

Enquanto na Europa a direita derrota a esquerda socialista, nós somos um país de esquerdas... Qual delas?

HISTÓRIA MARXISTA É CHARLATANISMO¹

Olavo de Carvalho*

Com honrosas e inevitáveis exceções, a historiografia disponível no mercado livreiro nacional é de orientação predominantemente marxista ta ou filomarxista. Por isso nossa visão da História é estereotipada e falsa ao ponto de confundir-se com a ficção e a propaganda. A História que os brasileiros aprendem nas escolas e nos livros é uma História para cabos eleitorais.

É que ninguém pode ser marxista também sem ler tudo com suspicácia paranóica em busca de motivações políticas ocultas, e abster-se, por princípio, de fazer o mesmo com aquilo que se escreve. Com a maior naturalidade um marxista escarafunchará o *discurso do poder* nas entrelinhas dos autores mais apolíticos e devotados à pura ciência, ao mesmo tempo que se recusará a examinar a presença do mesmo elemento em tipos que, como ele, estão ostensivamente empenhados na luta pelo poder.

Para o marxista, a História, por definição, não é ciência descritiva ou explicativa, mas arma de luta por um objetivo bem determinado. *Não se trata de interpretar o mundo, mas de transformá-lo.* O passado não tem pois aí nenhum direito próprio à

existência, senão como pretexto para o futuro que se tem em vista. Daí que deformá-lo seja, para o historiador marxista, um direito e até um dever.

Marxismo, em suma, é inconsciência sistematizada.

E note-se que estou falando do marxismo melhorzinho, intelectualmente *respeitável*. Decerto não é esse tipo de marxismo que se pratica majoritariamente, no Brasil ou fora: é um marxismo de *agitprop*, que busca antes o escândalo das denúncias anticapitalistas do que o conhecimento histórico mesmo num sentido longínquo e metafórico do termo.

Um exemplo é esse desprezível *Genocídio americano - A Guerra do Paraguai*, de Júlio J. Chiavenato, que consagrou por vinte anos o mito comunista de uma luta genocida a serviço do banco Rothschild, até ser completamente destruído por Francisco Fernando Monteoliva Doratioto no recém-publicado *Maldita guerra - Nova história da Guerra do Paraguai*.

Mesmo em obras de pura consulta o charlatanismo marxista não deixa de introduzir as mais escabrosas falsificações. Já denunciei aqui um grotesco *Dicionário crítico do pensamento de direita*, obra de 114 sumidades acadêmicas, que excluía sistematicamente todos os pensadores direitistas mais célebres - de T. S. Eliot a von Mises, de Böhm-Bawerk a Irving Kristol e Russel Kirk - colocando em lugar deles grosseiros panfletários nazistas como Goebbels e Streicher, para dar a impressão de que direitistas não pensam e, quando pensam, é para premeditar crimes hediondos.

Mas o caso mais escandaloso, pelo volume e pelas ambições, é o *Livro negro do capitalismo*, preparado às pressas por uma

* Escritor e filósofo.

¹ Artigo publicado em O Globo, edição de 25.05.02.

equipe de historiadores filocomunistas para neutralizar o vexame do *Livro negro do comunismo*. Nesse último, um grupo de marxistas arrependidos, com Stéphane Courtois à frente, fazia as contas e confessava que, com seu total mínimo de cem milhões de vítimas, o comunismo tinha sido o maior flagelo de todos os tempos, superando os efeitos somados de todas as guerras, epidemias e terremotos do século mais violento da História.

Mais que depressa, a tropa esquerdista designou uma equipe de emergência, com Gilles Perrault no comando, para transmutar o prejuízo em lucro. Missão: produzir a ferro e fogo cem milhões de vítimas do capitalismo, de modo a estabelecer, na impossibilidade do resgate da imagem comunista, ao menos um arremedo de equivalência moral entre os dois regimes.

É verdade que países capitalistas se meteram em guerras e mataram pessoas. Mas uma coisa é matar inimigos em guerra, outra coisa é um Estado dizimar sua própria população civil. O total de cem milhões de vítimas apontado por Stéphane Courtois excluía, por princípio, soldados mortos em campo de batalha, atendo-se ao genocídio praticado pelos comunistas contra populações desarmadas, quase sempre nos seus próprios países. Nada de semelhante podia-se encontrar nas nações capitalistas, exceto mediante o expediente de chamar capitalistas o regime nacional-socialista ou o feudalismo da China imperial. Perrault e assessores não hesitaram em fazer isso, mas ainda assim os números ficavam muito abaixo do desejado. Era preciso, pois, falsear mais fundo, incluindo na soma das *vítimas do capitalismo* os combatentes mortos em batalhas.

Mas mesmo então o capitalismo saía bonito. Os EUA, por exemplo, em todas as intervenções militares em que se meteram ao longo de um século, não mataram mais de dois milhões de inimigos, uma quota bem modesta para um país que se pretendia carimbar como a mais agressiva potência imperialista de todos os tempos.

Perrault e sua turma, por fim, salvaram-se da encrenca mediante a decisão cínica de atribuir ao capitalismo a culpa por todas as mortes ocorridas na Segunda Guerra Mundial (50 milhões no total, incluindo as efetuadas pelas tropas nazistas e soviéticas), na guerra civil da Rússia (6 milhões, incluindo a metade liquidada pelo governo revolucionário), na guerra do Vietnã (2 milhões, incluindo as vítimas dos vietcongues), na guerra na Argélia (um milhão e duzentas mil, incluindo as que foram mortas pelos rebeldes comunistas), na guerra civil espanhola (700 mil mortos dos dois lados) e – santa misericórdia! – no massacre de Ruanda (500 mil mortos, todos eles sacrificados pela incitação igualitarista dos *pobres hutus* contra os *ricos tutsi*).

E assim por diante.

Resultado: debitando-se na conta capitalista os crimes cometidos pelos comunistas, o, capitalismo se revelava mesmo um regime tão violento e maldoso quanto o comunismo, ficando assim estabelecida a equivalência moral, *quod erat demonstrandum*.

Será que chamar isso de vigarice, de intrujice barata, de propaganda enganosa, é apenas uma *opinião política*, tão discutível e moralmente relativa quanto sua contrária? Ou é uma questão de moralidade elementar?

Mas se o leitor pensa que alguns dos protagonistas dessas façanhas sente ao menos um pouco de vergonha do que fez, está

muito enganado. Todos têm a consciência tranqüila de trabalhar pelo bem e pela verdade. Se lhes atiramos na cara a iniquidade de seus feitos, eles nos viram as costas com a altivez principesca de quem não dá atenção a qualquer um, muito menos a (vade retro!) anticomunistas.

Mais ainda, com a mesma cara-de-pau com que deformam o conjunto eles mentem nos detalhes. Logo atrás do sucesso de Perrault aparecia o Dr. Emir Sader, nas orelhas de um livro de Alain Besançon, falsificando com a maior sem-cerimônia o conteúdo da obra: se no corpo do texto o autor afirmava que os crimes nazistas eram muito mais alardeados pela mídia do que os comunistas, o homúnculo das orelhas, mentindo duplamente, nos fatos e na fonte, invertia a informação, alegando que todos só queriam falar do comunismo e nunca do nazismo...

Será exagero dizer que a falsa consciência levada a esse ponto é uma forma de sociopatia?

GLOBALIZAÇÃO VERSUS MONOPOLARIDADE

*Reis Friede**

Embora os EUA demonstrem uma natural aversão em associar os fenômenos da *globalização* e da *monopolaridade*, muitos estudiosos preferem entender, pelo menos em parte, o *processo de globalização* como uma consequência direta da plena restauração da lide-

rança absoluta dos EUA no cenário mundial a partir do início da década de 1990.

De fato, como ocorreu, em termos aproximados, no imediato período do pós-guerra (1945-50), os EUA se constituem no presente momento, na única potência global completa, ou seja, detentora, simultaneamente, de todas as variáveis do *poder nacional*, como instrumentos de projeção (e imposição) da soberania, posto que é, ao mesmo tempo, a maior potência econômica, militar, política e psicossocial do planeta.

Essa invejável posição foi resultado direto, como preferem entender alguns especialistas em geoestratégia, da política, empreendida na era Reagan, que ficou conhecida como *contraforça* e que originou, nas relações Leste-Oeste, a chamada *bipolaridade confrontativa*, típica da década de 1950, como novo matiz de competição tecnológico-militar, cujo objetivo último foi, nas palavras de seus membros diretos e indiretos (Ray Cline, Alexander Haig, Zbigniew Brzezinski, Thomas Enders, Robert Powers, entre outros) *sufocar a URSS fazendo-a desviar seus escassos recursos para uma corrida armamentista, com novos matizes tecnológicos, exaurindo, desta feita, o seu potencial econômico.*

Na época, final da década de 1970, inclusive, era comum as escolas de estado-maior das forças armadas proclamarem a todo instante a *crise militar* (e de liderança política) que minava o prestígio e a influência norte-americana no mundo, corroborada com os fatos da Guerra no Vietnã (1975), o episódio da queda do Xá e dos refêns no Irã (1979), a intervenção cubana na África (1975-79), a insurreição na América Central (notadamente na Nicarágua, 1980 etc. nos seguintes termos:

* Mestre e Doutor em Direito Público. Magistrado Federal. Autor de inúmeras obras jurídicas.

A crise militar dos Estados Unidos pode ser descrita como a principal causa da perda de poder relativo dessa nação. Mais do que qualquer outro campo, foi a decadência bélica a razão fundamental da decadência norte-americana em questões de poder global e o motivo central da crise de liderança e de determinação política.

Não restam dúvidas de que o poder militar continua sendo o principal fator de polarização global relativa e, nesse aspecto, a geratriz básica que contribui para o status de superpotência. No momento, é o poderio militar compacto de grande envergadura que resguarda o título de superpotência à União Soviética e, em determinado prisma, é o, ainda, poderoso arsenal nuclear estadunidense que reserva à América a denominação honorífica de superpotência.

Na medida em que o mundo tende a se multipolarizar, em consequência do surgimento de novos protagonistas no cenário mundial, a capacidade militar de intervenção tenderá a adquirir maior importância no ambiente internacional e, sobretudo, como instrumento eficiente de política nacional.

A nação que não conseguir compreender, com precisão, o importante papel das Forças Armadas no conjunto eficiente da estratégia nacional, na consecução de seus objetivos nacionais atuais e permanentes, estará, irremediavelmente, condenada ao declínio virtual de seu poderio relativo e a atrofia de sua autonomia política e econômica.

Os Estados Unidos, nesse momento, estão sofrendo as consequências de seus equívocos estratégicos que possibilitaram a emergência da União Soviética como grande potência militar no cenário mun-

dial a partir das décadas de 1960-70. A falta de visão global e o malogro em compreender os objetivos nacionais soviéticos fizeram a administração de Washington cometer um erro de tal proporção que condicionou o ambiente mundial a um processo, quase irreversível, de recuo norte-americano em todos os campos de poder perceptível, especialmente o militar.

Pior, também, é que condicionou o povo americano a uma atitude passiva quanto à importância do instrumento militar, provocando, como efeito do denominado trauma do Vietnã, uma mentalidade míope que resolveu fechar os olhos para os acontecimentos externos, de interesse norte-americano, com perigo de um novo isolamento da América com repercussões imprevisíveis.

Essa verdadeira doutrina estratégica de bipolaridade confrontativa, que buscava também sepultar as idéias de bipolaridade distensiva de Henry Kissinger e, de forma mais pretérita, as concepções de McNamara, foram constante e insistentemente ventiladas com maior ou menor ênfase, por seus idealizadores em diferentes ocasiões, verbis:

• Representará o segundo centenário o fim da idade americana? Talvez ... mas não necessariamente, se os norte-americanos tiverem o descortino de adaptar-se às demandas de um mundo em evolução. Entretanto, sozinhos ou num sistema político internacional mais cooperativo, de alianças cambiantes e crescente regionalismo, é muito provável que os Estados Unidos continuem sendo a esperança do mundo durante mais tempo do que os próximos vinte anos (Barry M. Meuse).

• o fato é que se empregássemos todas as nossas armas nucleares e os russos

empregassem todas as deles, cerca de 10% da humanidade seria aniquilada. Isso é uma calamidade que está além do alcance da compreensão humana. É uma calamidade que não se justifica de nenhuma maneira do ponto de vista moral. Mas, do ponto de vista descritivo e analítico, não é o fim d humanidade (Zbigniew Brzezinski).

- *embora os danos sejam terríveis, calcula-se que ambos os lados sobreviverão e serão capazes de se refazerem após uma guerra nuclear (Conclusão do estudo PONAII dos chefes do Estado-Maior Conjunto, EUA, 1980).*

- *de trinta anos para cá, a URSS se equipou com uma defesa absolutamente perturbadora; toda nação que dispõe de tais meios pode, um dia ser, tentada a utilizá-los (Marc de Joybert).*

- *Sendo insuperáveis em que todas as dimensões de força na década de 1960, vimos a nossa liderança diminuir ou desaparecer em setor após setor, ao mesmo tempo em que tentávamos fazer ver à União Soviética que ambos poderíamos beneficiar-nos no deslocamento de recursos militares para os usos pacíficos. A resposta soviética foi o aumento de sua estratégia e bélica, bem como a busca de meios de projetar o seu poderio militar no mundo em desenvolvimento (Thomas O. Enders).*

A rivalidade é inerente num sistema que funciona sem consenso global.

(Zbigniew Brzezinski).

Também nesta fase das relações EUA-URSS, eram comuns as manifestações de descontentamento com o nível de equilíbrio militar obtido pelas iniciativas de Leonid Brejnev (1964-82), nos seguintes termos:

- *deterioração da superioridade militar dos Estados Unidos é, ao lado do declí-*

nio econômico relativo, a segunda, e possivelmente a principal, razão, amiúde oferecida, do declínio da influência norte-americana no mundo. Há apenas 15 anos, os EUA desfrutavam de esmagadora superioridade em bombardeiros estratégicos, mísseis balísticos, ogivas nucleares e outros sistemas de armas importantes. A partir de 1964, porém começou a expandir-se substancialmente o desdobramento de mísseis estratégicos soviéticos ante o crescente e gradativo desarmamento unilateral norte-americano. Desde então, a URSS suplantou os Estados Unidos em diversos setores militares, permitindo aos EUA conservar sua superioridade, ao menos por enquanto, somente em alguns setores ligados à qualidade do equipamento e no número de bombardeiros, quantidade geral de ogivas termonucleares, esquadra de porta-aviões e força de helicópteros. Porém a superioridade anterior dos EUA reduziu-se a um ponto em que os soviéticos lograram, grosso modo, equivalência com os EUA.

Mais importante que isso, os soviéticos parece que vão ou pretendem ir muito além da equivalência. Há indícios claros de que a URSS está determinadamente empenhada não em paridade mas em superioridade, a mesma que os Estados Unidos tinham em relação a eles, mas com uma grande diferença: Washington jamais utilizou essa vantagem contra Moscou, razão pela qual abriu mão da mesma; contudo, não há garantias de que o Kremlin só deseje a superioridade, com única e exclusiva intenção pacífica, de saciar o espírito moral de seus dirigentes.

O objetivo fundamental era não só encerrar de vez o decadente prestígio das posições de Kissinger (como já afirma-

mos), flagrantemente pessimistas em relação ao potencial estadunidense, como também desviar os rumos do confronto entre os legisladores favoráveis (apelidados de *falcões*) e desfavoráveis (apelidados de pombas) a um aumento do orçamento militar estadunidense.

(...) os Estados Unidos já não estão em condições de operar programas globais: precisam alentá-los. Já não podem impor a solução que preferem (...) nosso papel terá que ser o de (...) incentivar a iniciativa de outros. (Henry Kissinger)

Do que os Estados Unidos precisam não é de falcões ou de pombas, mas da sabedoria das corujas que entendem a natureza permanente do conflito internacional e o papel da credibilidade da força militar como instrumento de política nacional (Robert C. Powers).

Por outro ângulo, durante as décadas de 1960 e 1970, muitos intelectuais norte-americanos expuseram o mito da repressão americana, isto é, o conceito de que o envolvimento dos EUA na política de outras sociedades seria quase invariavelmente hostil à liberdade e apoiador da repressão nessas sociedades. Hans J. Morgenthau, em 1974, chegou mesmo a afirmar que *com uma invariável constância, desde o fim da Segunda Guerra, temos intervindo em nome da repressão conservadora e fascista contra a revolução e a reforma radical. Numa época em que as sociedades se acham numa etapa revolucionária ou pré-revolucionária, nós nos convertemos na primeira potência do status quo pré-revolucionário. Uma política assim pode unicamente conduzir ao desastre moral e político.*

Como enérgica reação a esse ponto de vista, os da *política de contraforça* também

souberam, com reconhecida habilidade, desferir um verdadeiro contra-ataque a este tipo de *filosofia sociológica*, impondo, por fim, uma doutrina que legitimava, em última instância, as ações interventivas que se vislumbravam à época.

A crença de que os Estados Unidos não podem agir mal em nome dos valores da liberdade e da democracia é, evidentemente, tão errôneo no exterior como é nos EUA. Mas também é errônea a crença mais prevacente nos círculos intelectuais dos EUA na década de 1990 - de que os Estados Unidos não poderiam nunca agir bem em nome desses valores. É muito mais provável que o poder dos EUA seja empregado em nome de tais valores do que o poder de qualquer outra nação importante (Samuel P. Huntington).

Essa nova fase, indiscutivelmente melhorou a auto-estima da Nação norte-americana, permitindo por efeito, a restauração da projeção do poderio (e da soberania) estadunidense no cenário internacional.

(...) Esse novo começo é uma renascença nacional (Presidente Ronald Reagan).

Este notável desempenho deu forma ao desafio que enfrentamos hoje de administrar sabiamente as forças desencadeadas pelo próprio dinamismo. Os Estados Unidos, por seu lado, encontram-se atualmente restaurando o seu próprio dinamismo (...) O Presidente Reagan descreveu este novo começo com uma renascença nacional. Os Estados Unidos vibram com um renovado sentimento de determinação nacional e de liderança internacional (T.O. Enders).

Mais do que isso, contudo, viabilizou o almejado retorno dos EUA à confortável situação de potência hegemônica única num novo contexto de *mundo monopolar*.



As principais prioridades dos Estados Unidos em matéria de política externa têm três componentes essenciais: a “firmeza” a “credibilidade” e o “equilíbrio” (General Alexander Haig).

Nesse aspecto particular, é forçoso concluir, em absoluta sintonia com a posição de vários estudiosos, que diferentemente de algumas *sínteses analíticas* mais conhecidas, o resultado não satisfatório do envolvimento dos EUA na *Coréia* (1950-53) e no *Vietnã* (1964-65) como bem assim da URSS no Afeganistão (1979-85), decorreu quase que exclusivamente da *confrontação bipolar indireta* (posto que as superpotências da época armavam de forma maciça os contentores diretos do conflito) e não propriamente de uma pretensa força moral ou espiritual de determinação dos povos envolvidos. No Vietnã, em

particular, não obstante a visão romântica da impotência do gigante norte-americano *vis-à-vis* com as espetaculares táticas guerrilheiras, é fato que se não fosse o fornecimento contínuo e maciço de armas soviéticas e chinesas (nunca é demais lembrar que o Vietnã do Norte possuía, à época dos fatos, a maior defesa anti-aérea de mísseis do mundo fornecida e instalada pelos soviéticos), não teria ocorrido, durante praticamente toda a extensão temporal do episódio, o chamado *empate técnico*, que tornou refém tanto o Vietnã do Norte como o seu equivalente do Sul. Aliás, esta conclusão é facilmente comprovada na análise do conflito coreano, no qual as tropas da *ONU*, lideradas pelo General MacArthur, em apenas três meses reconquistaram a península invadida, somente caracterizando o denominado *empate téc-*

nico com a entrada da China, com apoio da URSS através de tropas *voluntárias*.

O mesmo aconteceu com os soviéticos no *conflito do Afeganistão*, considerando que os EUA não mediram esforços em armar e treinar, inclusive contratando mercenários os adversários da URSS, na oportunidade.

Por outro lado, sem a confrontação de uma superpotência militar, o *conflito do Golfo Pérsico* (1990) transcorreu sem maiores problemas para os EUA e seus aliados, mesmo considerando a envergadura do exército de Saddam Hussein com mais de um milhão de homens, reputado um dos maiores do mundo, à época dos fatos.

ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA MILITAR¹

*Hélio Leôncio Martins**

Há frases que, em duas ou três palavras, simplificam uma observação ou um acontecimento. Entre elas, figura a afirmação de que não se consegue vitória sem risco. E é exatamente o que celebramos hoje com esta simples cerimônia de encerramento do Primeiro Curso de Pós-Graduação de História Militar que se realiza no Brasil - um risco que se transformou em vitória. Apesar de cuidadosamente preparado, bem orientado e acompanhado, ainda assim não deixou de ser uma incógnita em relação aos resultados que alcançaria.

* Vice-Almirante. Sócio titular do IGHMB.

¹ Texto extraído da Revista do IGHMB de 2002.

Além das Escolas Militares, o meio intelectual brasileiro, de uma forma geral, dá a impressão de não aceitar que a guerra, o confronto armado e sangrento que substitui ou sucede as discordâncias ideológicas, políticas, econômicas, geográficas entre as nações, quando falham os diálogos diplomáticos, faça parte, lamentavelmente embora, das relações humanas e, como tal, deva ser incluído nas áreas das ciências sociais e humanistas. Os que o repugnam podem preferir denominá-lo anti-social ou desumano, o que, entretanto, não muda sua classificação. Condenável que seja, merecendo que se lute para extirpá-la das relações humanas, a guerra acontece sempre, tem acontecido desde o passado mais remoto, e tudo indica que continuará a acontecer, malgrado a instituição dos órgãos destinados a coibi-la, como a Liga das Nações, a ONU e os tratados bi e multinacionais. Não há século sem que seja teatro de conflitos, ou de grandes proporções envolvendo muitos países, ou menores, entre nações isoladas, ou internos, mas todos com as mesmas características de derramamento de sangue, destruição, mortes e holocaustos.

A história das nações corre pari-passu com sua história militar e atividades bélicas. Um exemplo colhido entre as muitas estatísticas incluídas na literatura e na História mostra que, só entre a segunda parte do século XVIII e o segundo semestre do século XX (de 1740 a 1974), listam-se 366 confrontos armados de aspecto relevante, causados por motivos ideológicos, econômicos, ânsia de poder, passionais ou geográficos. E o fim do século XX e os primeiros meses do século XXI, mesmo com o término da bi-polaridade

conflitante chamada a Guerra Fria, não ofereceram o tão desejável espetáculo de paz e amor decantado pelos autores que profligam a violência, elogiado e clamado em comoventes e brancas passeatas e regido pelas Nações Unidas.

Execrada, condenada, amaldiçoada que seja, a guerra não pode ser ignorada como fenômeno social, porque realmente existe, tem existido e, pelo que se percebe, continuará a existir enquanto a humanidade for como é. Negá-la não assegura sua inexistência - ou, talvez, pelo contrário aumente as possibilidades de que ocorra. E como um fato social que afeta, e como, as sociedades, agora mais do que nunca, pois interfere nas outras áreas que não as puramente militares torna-se assim necessário que sua evolução histórica, seu desenvolvimento, certas características que podem ser consideradas permanentes, sejam estudados, acompanhados, analisados, pesquisados, como todos os outros acontecimentos que influem na vida das nações, a fim de serem tirados ensinamentos dos aspectos sociais, científicos, filosóficos que afligem o mundo hoje em dia e com certeza continuarão afligi-lo no futuro. De maneira possivelmente sarcástica, Clemenceau, na Primeira Grande Guerra, afirmava ser a guerra fato muito importante para ser relegado apenas aos generais. Mas isto, dito ironicamente, tornou-se realidade atualmente. Não há segmento social ou produtivo que nela não seja envolvido. E a que órgãos cabem os estudos e análises desse envolvimento se não às universidades, aos institutos, aos centros de estudo? Apelando inclusive para a grande mestra, a História, que, com seus exemplos, ins-

truí-nos para compreender o presente e até extrapolar para a visão do futuro.

No Brasil, como temos sido pouco afetados pelos sofrimentos de uma guerra, as quais ou tem sido travadas longe do território nacional (exceto entreveros fronteiriços) ou, como nos dois últimos conflitos mundiais, empregando apenas elementos profissionais, não faz parte da nossa cultura uma preocupação especial com a guerra, como nos países que são assolados por uma em cada geração. Ficam seu estudo e suas análises limitados quase que exclusivamente aos elementos militares por dever funcional. Acresce que nas últimas décadas, como revanche de lutas políticas, há tendência desses últimos serem ignorados. E talvez muitos achem que o estudo da guerra como fato social possa contribuir para o fortalecimento da classe castrense. Não ocorre a esses temerosos que o desenvolvimento de um país, sua colocação na primeira linha das nações, na qual, queiram os pessimistas e derrotistas ou não, o Brasil tende a se posicionar, traz inevitavelmente confrontos e que uma organização militar independe da política e não se improvisa, podendo até não dispor de armas, que se compra ou se fabrica, mas não de mentalidade, que tem de ser formada em muitos anos e manter-se permanente.

E uma das vantagens da existência e da difusão de cursos semelhantes ao que terminamos é exatamente a uniformização mental que civis e militares igualmente adquirem - atingindo também estes últimos das diversas corporações - em torno do desenvolvimento dos conflitos bélicos que podem afetar a sociedade de maneira trágica. Deixarão de considerá-los

eventos emergenciais, mas uma atividade possível e provável, ainda que não desejável, na vida nacional. E que, para enfrentá-los, é imprescindível a existência de Poder organizado e preparado de antemão, em caráter permanente, e não a esdrúxula dualidade definida como poderes civil e militar, organizações que, sem dúvida, diferem em tempo de paz, mas não como poderes, e sim pela diversidade de tarefas que lhe são impostas, prontas entretanto e se confundirem em tempo de guerra - o que a História nos ensina.

Obedecendo a tais considerações e se confrontando com esse ambiente, é que a decisão da UNI/RIO, aceitando acolher o Primeiro Curso Pós-Graduado de História Militar aparece como uma iniciativa de coragem, de risco, de visão. Poderia ser criticada pelo simples fato de promovê-lo. E ser acusada de erros ao adotar programas e currículos organizados sem haver modelo anterior que servisse de orientação, apoiando-se na experiência de professores civis e militares que se viam, da mesma forma, enfrentando como iniciantes esse desafio. O ensino deveria transcender da simples descrição de batalhas ou de estratégias adotadas em determinadas situações. Dever-se-ia mostrar a filosofia, a metodologia, as problemáticas dos conflitos na História, as políticas que os criaram e as consequências - tudo que servisse de ensinamento e exemplos. Os riscos de deformações, de falhas, de se seguir caminhos errados, eram muitos, além daqueles que se poderia esperar de uma estréia.

Neste encerramento, entretanto, pode-se afirmar que nada disso aconteceu. As falhas, que houve com certeza, não ultrapassaram as que pudessem afetar o que de

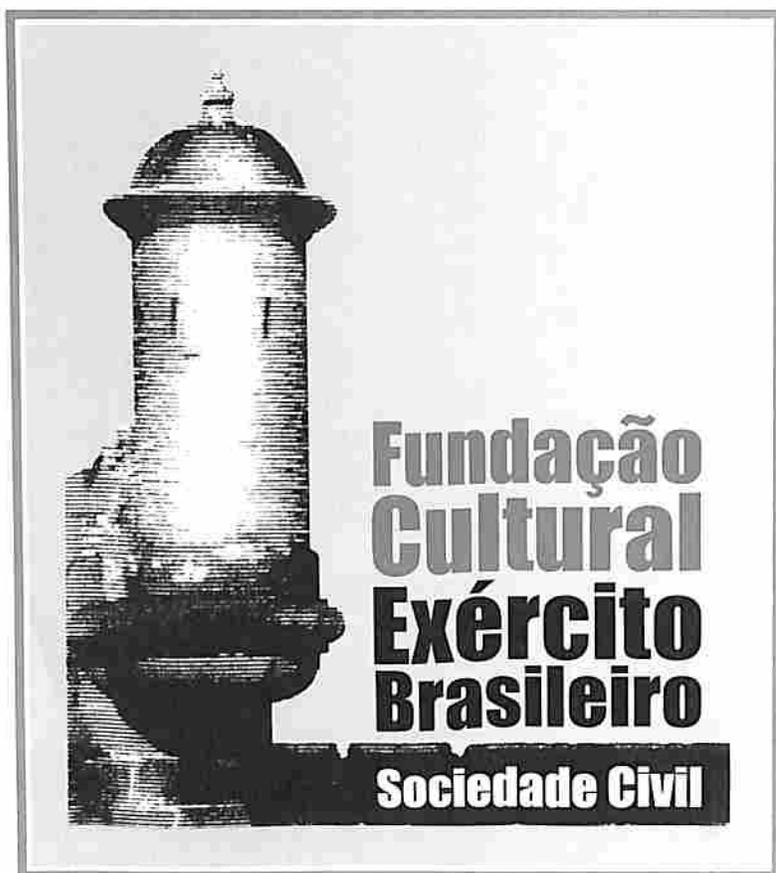
positivo se obteve com os resultados alcançados. As informações sobre o andamento do curso fui tendo nas críticas ouvidas nas reuniões de professores e nos comentários dos alunos. Mas, pessoalmente, pude observá-lo, ao ter a honra de ser convidado como orientador das teses defendidas pelas alunas da Marinha. Não se tratava de principiantes, aptas a serem influenciadas por qualquer idéia nova e elementar. Eram capitães-de-corveta, com perto de vinte anos de atividades na História, como professoras e chefes de Divisão de História e Publicações no Serviço de Documentação da Marinha, e só ressentiriam os efeitos do curso se houvesse um real acréscimo em seus conhecimentos. Tenho tido contato com ambas em toda a sua carreira na Marinha. E posso garantir que foram sensíveis as modificações que verifiquei nas teses que defenderam, aliás de muito boa qualidade. A maior amplidão com que passaram a considerar os problemas da História, a seleção das pesquisas, as conclusões tiradas das análises feitas, demonstram uma visão que talvez não tivessem antes - e que elas mesmas atribuem ao que lhes foi mostrado no curso.

Podemos assim concluir, nesta festa de encerramento, que, indiscutivelmente, o Primeiro Curso de Pós-Graduação de História Militar realizado na UNI/RIO foi um sucesso, apesar de todos os riscos que enfrentou. Seria este o momento também de congratularmo-nos com os fatores que o levaram à vitória, parabenizando aqueles que para isso contribuíram, organizando-o, dirigindo-o, administrando-o e ministrando-o. A lista seria extensa, mas sem diminuir o valor de todos, devemos fazer especial referência ao General-de-Exército

Frederico Sodré de Castro, que, como Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, deu todo o apoio moral e material à realização do curso, baseado na confiança que depositava em seu êxito; ao Coronel Luís Paulo Macedo Carvalho, Presidente do IGHMB e ao Professor e Doutor Arno Wheling, Chefe do Departamento de História da UNI/RIO, que o idealizaram; à compreensão de sua finalidade, objetividade e orientação mostradas pela Professora Doutora Maria José Wheling,

Decana da Universidade; e ao, Professor Marcos Sanchez, a quem ficou afeto ministrar os aspectos da filosofia e metodologia da História, ainda não muito trilhados.

Mas devemos auferir a principal vitória deste curso ao fato de ele ter sido, com seus êxitos e, porque não, também com seus erros, sólido patamar para apoiar outros cursos semelhantes, freqüentados inclusive por civis, desvendando novo horizonte para a intelectualidade e História brasileiras. ●



Fundação Cultural Exército Brasileiro

Palácio Duque de Caxias - Praça Duque de Caxias, 25, 5º andar - Ala Marcílio Dias
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20221-260 - Tel: (0xx21) 2519-5352 - Fax: (2519-5106)